

Prorrogação do transporte avança e terá nova votação

Vereadores analisam texto final na quarta, antes do prazo final do dia 29

A Câmara Municipal de Campinas aprovou, em primeira discussão, o projeto que autoriza a prorrogação dos contratos das atuais empresas de ônibus por até dois anos. A proposta, encaminhada pela Prefeitura, foi votada na noite de quarta-feira (8) e ainda depende de aprovação em segunda votação, prevista para a próxima semana. Com 25 votos favoráveis entre os 32 vereadores presentes, o texto recebeu uma emenda que reduziu o prazo máximo da prorrogação. A versão original previa a extensão dos contratos por até três anos, mas o período foi limitado a dois anos. Os contratos atuais do transporte coletivo na cidade vencem no próximo dia 29 de abril.

A medida tem como objetivo permitir que as empresas que hoje operam o sistema continuem prestando o serviço temporariamente, mesmo após a conclusão da licitação que definiu as novas concessionárias. Segundo a Prefeitura, a proposta busca evitar interrupções no transporte público durante a fase de transição entre os contratos.

“O objetivo é assegurar que a população não seja prejudicada com a interrupção de um serviço essencial. Essa prorrogação será suspensa assim que a transição for concluída”, afirmou o secretário



Prefeitura de Campinas

Proposta que trata do transporte avança e terá nova análise dos vereadores

de Transportes, Fernando de Caires. O presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), Vinicius Riverete, também defendeu a proposta e destacou a necessidade de aprovação em segunda votação. “Não aprovar a prorrogação é expor a população ao risco de ficar sem transporte”, disse.

Antes de ser votado, o projeto já havia gerado debate entre vereadores. Quando foi encaminhada ao Legislativo, a proposta previa a possibilidade de prorrogação dos contratos por até três anos, o que levantou críticas sobre a duração do período de transição. De acordo com a Prefeitura, a implantação do novo sistema deve levar entre 11 e 14 meses. Por isso, a prorrogação foi estruturada como uma margem de segurança jurídica para garantir a continuidade do serviço até a conclusão de todas as etapas.

O processo inclui análise de documentos, julgamento de propostas, eventuais recursos, homologação, assinatura de contratos e

a criação das Sociedades de Propósito Específico (SPEs), além da implantação operacional, como formação de frota, estrutura de garagens e sistemas tecnológicos.

Apesar do prazo máximo previsto, a administração municipal afirma que a prorrogação não será automática por todo o período. O texto inclui uma cláusula que permite o encerramento da extensão assim que a nova concessão estiver pronta para operar.

O leilão do novo sistema de transporte público foi realizado

no dia 5 de março, na B3, em São Paulo. O Consórcio Grande Campinas venceu o Lote Norte, que abrange regiões como Norte, Oeste e Noroeste, enquanto a empresa Sancetur ficou com o Lote Sul, que inclui as regiões Leste, Sul e Sudoeste.

Os contratos têm duração prevista de 15 anos e preveem mudanças no sistema, como renovação da frota, adoção de veículos menos poluentes e uso de novas tecnologias de monitoramento e operação.

Entre as exigências estão a incorporação de ônibus elétricos nos primeiros anos do contrato e a adoção de alternativas como biometano, gás natural e hidrogênio, além da implantação de sistemas de bilhetagem e controle com participação da Emdec.

Para entrar em vigor, o projeto ainda precisa ser aprovado em segunda votação pelos vereadores. A análise está prevista para a sessão da próxima quarta-feira (15), a duas semanas do vencimento dos contratos atuais.

Caso seja aprovado, o texto seguirá para sanção do prefeito. A expectativa da Prefeitura é concluir a transição dentro do prazo estimado, permitindo que as novas concessionárias assumam a operação do sistema de transporte público na cidade.

Dário e Tarcísio inauguram creche integral

O governo do Estado de São Paulo entregou, nesta quinta-feira (9), as obras do Centro de Educação Infantil (CEI) Marina Soares Queiroz, no Jardim Telesp, em Campinas. A unidade vai atender inicialmente 100 crianças de 3 a 5 anos, moradoras da região do Campo Belo, com oferta de ensino em tempo integral. A cerimônia contou com a presença do governador Tarcísio de Freitas e do prefeito de Campinas, Dário Saadi, que visitaram as instalações da nova escola. O terreno foi cedido pela Prefeitura, enquanto o Estado investiu R\$ 2,7 milhões na construção e no mobiliário.

A unidade integra um conjunto de ações voltadas à ampliação de vagas na educação infantil em tempo integral. Esse modelo, que vem sendo adotado por estados e municípios, está inserido em uma política nacional criada em 2023, quando o presidente Lula sancionou a lei que instituiu o Programa Escola em Tempo

Integral. A iniciativa prevê apoio técnico e financeiro da União para ampliar a permanência dos alunos nas escolas, com atividades que vão além do currículo tradicional. Na prática, a modalidade considera jornadas de pelo menos sete horas diárias ou 35 horas semanais e inclui ações pedagógicas, culturais e esportivas. A implementação, no entanto, é feita por estados e prefeituras, responsáveis pela oferta direta das vagas.

Em Campinas, o novo CEI faz parte de um projeto municipal que prevê a criação de cinco unidades com atendimento integral, totalizando 500 vagas para crianças de 3 a 5 anos.

A rede municipal de educação infantil atende cerca de 40,3 mil crianças e, com a nova unidade, passa a contar com 220 escolas.

A previsão é que as aulas no CEI do Jardim Telesp comecem até o fim de abril, após a finalização da organização das equipes e do acolhimento das famílias.

Investimentos

O Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira divulgaram no final de fevereiro deste ano os resultados da primeira etapa do Censo Escolar 2025.

O levantamento indica um crescimento na cobertura da educação em tempo integral, em todas as etapas da educação básica, nos últimos quatro anos. É considerada matrícula em tempo integral quando o aluno fica na escola 7 horas ou mais por dia, ou 35 horas semanais.

De acordo com os dados, o percentual de matrículas presenciais em tempo integral cresceu 10,7 pontos percentuais na rede pública de ensino, entre 2021 a 2025. O atendimento passou de 15,1% para 25,8% dos alunos.

Com resultado, Brasil atinge a meta prevista no Plano Nacional de Educação: pelo menos 25% dos alunos da educação básica da rede pública em tempo integral.

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas



O prefeito Dário Saadi e o governador Tarcísio de Freitas conversam com família em escola